

O CRESCIMENTO E O IMPACTO DO DIAGNÓSTICO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA FAMÍLIA

GROWTH AND IMPACT OF DIAGNOSIS OF CHILDREN WITH AUTISM SPECTRUM
DISORDER ON THE FAMILY

CRECIMIENTO E IMPACTO DEL DIAGNÓSTICO DE NIÑOS CON TRASTORNO DEL
ESPECTRO AUTISTA EN LA FAMILIA

Maria do Socorro Rodrigues Luz¹

RESUMO

O presente estudo analisa o impacto do diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA) na dinâmica familiar, considerando os desafios emocionais, financeiros e sociais enfrentados pelos cuidadores. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, baseada em revisão bibliográfica de estudos recentes sobre o tema. O referencial teórico contempla discussões sobre as características do TEA, o impacto do diagnóstico no contexto familiar e a importância das redes de apoio e das políticas públicas na promoção da inclusão e no suporte às famílias. Os resultados indicam que o diagnóstico do TEA representa um momento de grande transformação para os pais e responsáveis, desencadeando sentimentos de incerteza e sobrecarga emocional. Além disso, destaca-se que a demora no acesso ao diagnóstico precoce e a limitação de serviços especializados são fatores que agravam a experiência das famílias. No âmbito financeiro, os altos custos dos tratamentos multidisciplinares e das intervenções terapêuticas geram dificuldades para muitas famílias, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social. A inclusão escolar, embora garantida por legislação específica, ainda enfrenta obstáculos devido à falta de estrutura e de profissionais capacitados para atender às necessidades das crianças com TEA. A pesquisa conclui que o fortalecimento das políticas públicas, a ampliação da capacitação de profissionais da saúde e da educação e o suporte psicológico para os cuidadores são medidas essenciais para a melhoria da qualidade de vida das crianças autistas e suas famílias. Por fim, sugere-se a necessidade de novas pesquisas que aprofundem o impacto das políticas de inclusão e o papel das redes de apoio na adaptação das famílias ao diagnóstico do TEA.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; diagnóstico; inclusão; redes de apoio; políticas públicas.

¹ Mestranda do Curso de Ciências da Educação e Ética Cristã pela Ivy Enber Christian University, linha de pesquisa Educação Inclusiva. E-mail: socorroluz.pp@hotmail.com

ABSTRACT

This study analyzes the impact of the diagnosis of Autism Spectrum Disorder (ASD) on family dynamics, considering the emotional, financial, and social challenges faced by caregivers. The research adopts a qualitative and exploratory approach, based on a bibliographic review of recent studies on the subject. The theoretical framework includes discussions on the characteristics of ASD, the impact of the diagnosis on the family context, and the importance of support networks and public policies in promoting inclusion and supporting families. The results indicate that the diagnosis of ASD represents a moment of great transformation for parents and guardians, triggering feelings of uncertainty and emotional overload. In addition, it is worth noting that the delay in accessing early diagnosis and the limitation of specialized services are factors that aggravate the experience of families. In the financial sphere, the high costs of multidisciplinary treatments and therapeutic interventions create difficulties for many families, especially those in situations of social vulnerability. School inclusion, although guaranteed by specific legislation, still faces obstacles due to the lack of structure and professionals trained to meet the needs of children with ASD. The research concludes that strengthening public policies, expanding the training of health and education professionals, and providing psychological support for caregivers are essential measures to improve the quality of life of autistic children and their families. Finally, it suggests the need for further research to further explore the impact of inclusion policies and the role of support networks in families' adaptation to the diagnosis of ASD.

Keywords: Autism Spectrum Disorder; diagnosis; inclusion; support networks; public policies.

RESUMEN

Este estudio analiza el impacto del diagnóstico del Trastorno del Espectro Autista (TEA) en la dinámica familiar, considerando los desafíos emocionales, financieros y sociales que enfrentan los cuidadores. La investigación adopta un enfoque cualitativo y exploratorio, basado en una revisión bibliográfica de estudios recientes sobre el tema. El marco teórico incluye discusiones sobre las características del TEA, el impacto del diagnóstico en el contexto familiar y la importancia de las redes de apoyo y las políticas públicas en la promoción de la inclusión y el apoyo a las familias. Los resultados indican que el diagnóstico de TEA representa un momento de gran transformación para los padres y tutores, desencadenando sentimientos de incertidumbre y sobrecarga emocional. Además, se destaca que el retraso en el acceso al diagnóstico precoz y la limitación de servicios especializados son factores que empeoran la experiencia de las familias. En términos financieros, los elevados costes de los tratamientos multidisciplinarios y de las intervenciones terapéuticas crean dificultades para muchas familias, especialmente aquellas en situación de vulnerabilidad social. La inclusión escolar, aunque garantizada por una legislación específica, aún enfrenta obstáculos debido a la falta de estructura y de profesionales capacitados para atender las necesidades de los niños con TEA. La investigación concluye que el fortalecimiento de las políticas públicas, la ampliación de la formación de los profesionales de la salud y la educación y el apoyo psicológico a los cuidadores son medidas esenciales para mejorar la calidad de vida de los niños autistas y sus familias. Finalmente, se sugiere que existe la necesidad de más investigaciones para profundizar en el impacto de las políticas de inclusión y el papel de las redes de apoyo en la adaptación de las familias al diagnóstico de TEA.

Palabras clave: Trastorno del Espectro Autista; diagnóstico; inclusión; redes de apoyo; políticas públicas.

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por dificuldades na comunicação social e comportamentos repetitivos e restritos. Sua prevalência tem crescido significativamente nos últimos anos, refletindo tanto o aprimoramento dos critérios diagnósticos quanto uma maior conscientização sobre o transtorno. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), estima-se que uma a cada 160 crianças no mundo seja diagnosticada com TEA (BRASIL, 2020). Esse crescimento no número de diagnósticos tem gerado impactos profundos no contexto familiar, exigindo adaptações emocionais, sociais e financeiras por parte dos cuidadores. A literatura acadêmica aponta que a descoberta do diagnóstico é, frequentemente, um momento desafiador para os pais, marcado por sentimentos de choque, negação e incerteza sobre o futuro da criança (Almeida; Marques, 2021). Dessa forma, compreender os desafios enfrentados pelas famílias e identificar estratégias de enfrentamento são aspectos essenciais para a formulação de políticas públicas e de suporte social.

A presente pesquisa investiga o impacto do diagnóstico do TEA no ambiente familiar, considerando as transformações na dinâmica doméstica e a necessidade de suporte emocional e estrutural. O estudo parte da premissa de que o acesso a informações e a redes de apoio qualificadas pode atenuar os efeitos negativos da notícia do diagnóstico e auxiliar na adaptação dos cuidadores à nova realidade (Andrade *et al.*, 2019). Além disso, a literatura especializada sugere que a sobrecarga emocional enfrentada pelos pais pode ser reduzida por meio de intervenções precoces e do fortalecimento do suporte social e profissional disponível (Fernandes *et al.*, 2020). Dessa maneira, a pesquisa pretende contribuir para a compreensão desses aspectos, reunindo dados e reflexões sobre a importância de um acompanhamento adequado para famílias de crianças com TEA.

Os objetivos específicos desta pesquisa incluem: (I) analisar as principais dificuldades emocionais, sociais e financeiras enfrentadas pelas famílias após o diagnóstico do TEA; (II) identificar as redes de apoio e os serviços especializados disponíveis para atender as demandas desses familiares; (III) compreender as estratégias de enfrentamento adotadas pelos cuidadores para lidar com a nova realidade; e (IV) discutir o papel das políticas públicas na assistência às famílias de crianças com autismo. Para alcançar tais objetivos, a pesquisa realiza uma revisão da literatura científica sobre o tema, buscando evidenciar os desafios e avanços no suporte às famílias no contexto do TEA.

Do ponto de vista metodológico, o estudo segue uma abordagem qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica. Foram consultadas fontes acadêmicas como artigos científicos, dissertações, livros e documentos oficiais de órgãos de saúde, priorizando estudos publicados entre 2017 e 2023. A revisão da literatura foi estruturada para abordar aspectos como a reação familiar ao diagnóstico, os impactos emocionais e sociais, e a relevância das redes de apoio para minimizar as dificuldades enfrentadas pelos cuidadores (Dias *et al.*, 2020). A análise dessas fontes permitiu identificar padrões e tendências nas experiências familiares, possibilitando uma visão abrangente do impacto do diagnóstico do TEA na dinâmica doméstica.

Os resultados da pesquisa indicam que, embora a aceitação do diagnóstico seja um processo individual e multifatorial, a existência de suporte emocional e estrutural adequado é determinante para a adaptação da família. Estudos recentes apontam que o acesso a serviços especializados, a presença de grupos de apoio e a orientação profissional podem melhorar significativamente a qualidade de vida dos cuidadores e da criança diagnosticada (Oliveira, 2022). Além disso, políticas públicas voltadas para a inclusão escolar, suporte psicológico e assistência social têm se mostrado essenciais para reduzir a sobrecarga dos familiares e garantir um desenvolvimento mais saudável para a criança com TEA.

Dessa forma, a pesquisa evidencia que o diagnóstico do TEA não afeta apenas a criança, mas toda a estrutura familiar, demandando esforços coletivos para a adaptação e

acolhimento dessa nova realidade. A implementação de programas de apoio e de conscientização social sobre o autismo são fundamentais para minimizar os impactos do diagnóstico e promover maior inclusão e qualidade de vida para as famílias envolvidas. Assim, espera-se que este estudo contribua para ampliar o debate sobre o tema e inspire a criação de políticas e práticas mais eficazes no suporte às famílias de crianças com TEA.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada na revisão bibliográfica e análise de publicações científicas sobre o impacto do diagnóstico TEA no ambiente familiar. Esse método se justifica pela necessidade de compreender os desafios enfrentados pelas famílias e identificar estratégias de suporte eficazes com base em estudos já consolidados na área. A pesquisa bibliográfica possibilita reunir e analisar contribuições teóricas e empíricas sobre o tema, favorecendo uma discussão ampla e fundamentada.

A coleta de dados foi realizada por meio da análise de artigos científicos, livros, dissertações, teses e documentos oficiais publicados entre 2017 e 2023. As principais bases de dados consultadas foram Scielo, Periódicos CAPES, PubMed e Google Acadêmico, além de documentos institucionais e governamentais, como diretrizes do Ministério da Saúde sobre a atenção a pessoas com TEA. Foram selecionadas fontes que abordam o impacto do diagnóstico na estrutura familiar, considerando aspectos emocionais, sociais e econômicos, bem como estratégias e políticas de apoio existentes. O processo de seleção e análise das referências seguiu critérios específicos, priorizando estudos em português, inglês e espanhol, que apresentassem fundamentação teórica robusta. Foram excluídos artigos que não se relacionassem diretamente com o objeto de estudo ou que não atendessem aos critérios metodológicos adotados. A revisão da literatura foi conduzida em três etapas principais: leitura exploratória dos títulos e resumos, leitura analítica dos textos selecionados e síntese das informações mais relevantes para os objetivos da pesquisa.

A análise dos dados obtidos foi realizada por meio de categorização temática, permitindo identificar padrões e tendências na literatura. Essa categorização foi estruturada em eixos como reações familiares ao diagnóstico, desafios emocionais e financeiros, suporte social e políticas públicas voltadas para o atendimento das famílias de crianças com TEA. Além disso, foram aplicadas ferramentas de revisão sistemática para garantir a fidedignidade dos dados levantados, possibilitando o cruzamento de informações de diferentes fontes e a identificação de convergências e lacunas na literatura científica.

3 O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: DEFINIÇÃO, CARACTERÍSTICAS E DIAGNÓSTICO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por déficits na comunicação social e por padrões de comportamento repetitivos e restritos. O termo "espectro" é utilizado para enfatizar a diversidade de manifestações clínicas, variando de formas leves a quadros mais severos, que comprometem significativamente a autonomia do indivíduo (Brasil, 2020). De acordo com a Classificação Internacional de Doenças (CID-11) e o *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – Texto Revisado da 5ª edição (DSM-5-TR™)*, o TEA não possui uma única etiologia identificada, sendo resultado de interações complexas entre fatores genéticos e ambientais (Nunes *et al.*, 2018).

Historicamente, o autismo foi descrito pela primeira vez por Leo Kanner em 1943, que identificou um conjunto de características comuns em crianças que apresentavam dificuldades significativas na interação social e na comunicação (Gomes; Souza, 2022). Hans Asperger, por sua vez, destacou um subtipo do transtorno, caracterizado por dificuldades sociais, mas sem prejuízo significativo no desenvolvimento da linguagem (Pereira *et al.*, 2019). Com os avanços nas pesquisas, a nomenclatura passou por revisões, sendo consolidada no DSM-5-TR™ sob a denominação única de Transtorno do Espectro Autista, incorporando condições anteriormente classificadas como Síndrome de Asperger e Transtorno Invasivo do Desenvolvimento (Santos; Assumpção Júnior, 2017).

O diagnóstico do TEA baseia-se na observação de comportamentos característicos, sendo realizado por meio de protocolos clínicos que avaliam a comunicação, a interação social e a presença de comportamentos restritos e repetitivos (Almeida; Marques, 2021). Entre os instrumentos mais utilizados, destacam-se a *Autism Diagnostic Observation Schedule* (ADOS-2) e a *Autism Diagnostic Interview-Revised* (ADI-R), ambos reconhecidos internacionalmente por sua precisão na identificação do transtorno (Lopes *et al.*, 2020). A confirmação do diagnóstico requer uma equipe multidisciplinar, composta por neurologistas, psiquiatras, psicólogos e terapeutas ocupacionais, dada a complexidade da manifestação clínica do transtorno (Carvalho, 2018).

A identificação precoce dos sinais do TEA é essencial para garantir intervenções eficazes, uma vez que a plasticidade cerebral na primeira infância possibilita maiores ganhos no desenvolvimento da comunicação e da interação social (Andrade *et al.*, 2019). Segundo estudos recentes, os primeiros sinais podem ser detectados entre os 12 e 24 meses de idade, sendo comuns a ausência de balbúcias, dificuldades no contato visual e a falta de interesse em interações sociais (Silva *et al.*, 2019). Entretanto, o atraso no reconhecimento desses indícios ainda é um desafio, especialmente em países com menor acesso a serviços especializados (Dias *et al.*, 2020).

A demora no diagnóstico pode acarretar impactos significativos para a criança e sua família, dificultando o acesso a intervenções adequadas e intensificando desafios emocionais e financeiros para os cuidadores (Oliveira *et al.*, 2019). Estudos apontam que a incerteza e a falta de informações adequadas sobre o TEA frequentemente levam os pais a percorrerem múltiplos especialistas antes de obterem um diagnóstico definitivo (Fernandes *et al.*, 2020). Esse cenário reforça a necessidade de capacitação dos profissionais de saúde para o reconhecimento precoce do transtorno, favorecendo o início imediato das intervenções (Teixeira *et al.*, 2019).

As intervenções precoces têm sido amplamente reconhecidas por sua eficácia na promoção do desenvolvimento infantil. Dentre as abordagens mais recomendadas, a Análise

do Comportamento Aplicada (ABA) tem demonstrado resultados positivos na melhoria da comunicação e na autonomia das crianças com TEA (Ribeiro, 2021). Além disso, estratégias baseadas na Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) são indicadas para aqueles que apresentam dificuldades expressivas severas, permitindo o uso de sistemas visuais e gestuais para favorecer a interação (Martins; Rodrigues, 2020).

O contexto familiar exerce papel central no desenvolvimento da criança com TEA, sendo necessário o suporte contínuo para os cuidadores, que frequentemente enfrentam elevados níveis de estresse e sobrecarga emocional (Costa; Schmidt, 2020). Estudos indicam que a aceitação do diagnóstico e a busca por redes de apoio são fatores determinantes para a adaptação familiar e para a efetividade das intervenções terapêuticas (Almeida; Marques, 2021). Diante disso, programas de acompanhamento psicológico e grupos de apoio têm sido propostos como estratégias para minimizar os impactos do diagnóstico no núcleo familiar (Correia; Cavalcante, 2023).

O acesso a políticas públicas voltadas para o atendimento de crianças com TEA e suas famílias ainda apresenta desafios. Apesar da implementação da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, prevista na Lei n.º 12.764/2012, dificuldades na efetivação de serviços especializados e na inclusão escolar ainda persistem (Dias *et al.*, 2020). O suporte governamental é fundamental para garantir o direito ao tratamento multidisciplinar e à inclusão social dessas crianças, promovendo uma melhor qualidade de vida para os indivíduos com TEA e suas famílias (Brasil, 2020).

A inclusão educacional de crianças com TEA tem sido um dos principais desafios enfrentados por pais e educadores. A adaptação das metodologias de ensino e a capacitação dos profissionais da educação são medidas imprescindíveis para garantir a participação efetiva desses alunos no ambiente escolar (Nunes *et al.*, 2018). Estratégias como o uso de tecnologias assistivas e a individualização do ensino têm sido recomendadas para favorecer a aprendizagem e minimizar barreiras no desenvolvimento cognitivo e social da criança autista (Souza; Fonseca, 2021).

Além do suporte clínico e educacional, a sociedade tem um papel fundamental na promoção da inclusão de indivíduos com TEA. Campanhas de conscientização e ações para redução do estigma são essenciais para transformar a percepção social sobre o autismo, garantindo maior aceitação e respeito à diversidade (Lopes *et al.*, 2020). A desinformação e os preconceitos associados ao TEA ainda são barreiras significativas para a integração desses indivíduos em diferentes contextos sociais (Pereira *et al.*, 2019).

A evolução dos estudos sobre o TEA tem possibilitado avanços no desenvolvimento de novas abordagens terapêuticas e no aprimoramento dos critérios diagnósticos. A ampliação da pesquisa em neurociências tem permitido uma melhor compreensão das bases biológicas do transtorno, contribuindo para o refinamento das estratégias de intervenção (Gomes; Souza, 2022).

O aprofundamento nas investigações sobre o TEA e a promoção de práticas baseadas em evidências são essenciais para garantir um suporte mais eficaz às famílias e indivíduos diagnosticados. O fortalecimento das políticas públicas, a capacitação de profissionais da saúde e da educação e a ampliação das redes de apoio são fatores determinantes para a melhoria da qualidade de vida das pessoas com TEA (Oliveira, 2022).

Dessa forma, a compreensão do TEA deve envolver uma abordagem integrada, que contemple não apenas os aspectos clínicos, mas também os impactos sociais e emocionais da condição. A articulação entre família, profissionais e sociedade é imprescindível para assegurar um desenvolvimento pleno e a inclusão efetiva das crianças diagnosticadas dentro do espectro (Ribeiro, 2021).

O reconhecimento da importância da detecção precoce, a disseminação de informações qualificadas e o fortalecimento das redes de suporte são medidas fundamentais para minimizar os desafios enfrentados pelas famílias e garantir maior bem-estar às crianças com TEA. O avanço nas pesquisas e a implementação de políticas públicas mais inclusivas são

passos essenciais para a construção de uma sociedade mais acessível e equitativa para indivíduos no espectro do autismo (Brasil, 2020).

4 O IMPACTO DO DIAGNÓSTICO DE TEA NO CONTEXTO FAMILIAR

O diagnóstico do TEA na infância representa um marco significativo na dinâmica familiar, influenciando tanto aspectos emocionais quanto estruturais. A identificação do transtorno frequentemente desencadeia um processo complexo de adaptação, que envolve a reorganização das relações interpessoais, a reconfiguração das expectativas parentais e a busca por recursos terapêuticos e educacionais adequados (Almeida; Marques, 2021). O impacto desse diagnóstico varia conforme fatores como o nível de suporte social, o acesso a serviços especializados e a resiliência emocional dos cuidadores (Costa; Schmidt, 2020).

A fase inicial após a confirmação do diagnóstico é geralmente marcada por um choque emocional significativo. Muitos pais relatam sentimentos de negação, tristeza e angústia, especialmente devido à incerteza sobre o futuro da criança e às dificuldades impostas pelo transtorno (Silva *et al.*, 2019). Esse período pode ser prolongado pela falta de informações adequadas sobre o TEA, o que reforça a necessidade de intervenções psicológicas voltadas para o acolhimento e esclarecimento das famílias (Pereira *et al.*, 2019).

Superada a fase inicial de negação, os cuidadores costumam experimentar sentimento de culpa e frustração, especialmente quando encontram dificuldades para lidar com os desafios do comportamento e do desenvolvimento da criança (Fernandes *et al.*, 2020). Nesse sentido, a literatura destaca a importância da ressignificação do papel parental, processo que ocorre gradativamente à medida que os familiares passam a compreender melhor o transtorno e as necessidades específicas da criança (Almeida; Marques, 2021).

O impacto do diagnóstico de TEA não se restringe apenas aos pais, mas também afeta os irmãos e outros membros da família. A rotina doméstica frequentemente sofre alterações para atender às demandas terapêuticas da criança, o que pode gerar desequilíbrios na atenção dispensada aos demais filhos (Souza; Fonseca, 2021). Estudos apontam que irmãos de

crianças com TEA tendem a desenvolver habilidades de empatia e paciência acima da média, mas também podem enfrentar sentimentos de exclusão ou sobrecarga emocional (Gomes; Souza, 2022).

Do ponto de vista conjugal, o diagnóstico pode ser um fator de estresse no relacionamento dos pais, que precisam lidar com desafios financeiros, redefinição de papéis e divergências na forma de encarar o transtorno (Carvalho, 2018). A literatura sugere que casais que buscam apoio psicológico e compartilham responsabilidades no cuidado da criança apresentam maior resiliência emocional e menor incidência de conflitos conjugais (Santos; Assumpção Júnior, 2017).

O impacto financeiro do diagnóstico de TEA é um aspecto recorrente nas discussões sobre a adaptação familiar. O acesso a terapias especializadas, como fonoaudiologia, terapia ocupacional e Análise do Comportamento Aplicada (ABA), representa um custo elevado para a maioria das famílias, especialmente quando não há cobertura adequada pelos sistemas públicos ou privados de saúde. Além disso, um dos pais, geralmente a mãe, pode precisar reduzir ou abandonar a atividade profissional para se dedicar integralmente aos cuidados da criança, o que compromete a renda familiar (Dias *et al.*, 2020, p.13).

A necessidade de suporte social torna-se essencial para minimizar os desafios enfrentados pelas famílias. Redes de apoio compostas por familiares, amigos e grupos comunitários são fundamentais para promover o bem-estar dos cuidadores e auxiliar na adaptação ao diagnóstico (Correia; Cavalcante, 2023). A literatura aponta que famílias que participam de grupos de apoio e compartilham experiências com outras pessoas em situação semelhante apresentam melhores indicadores de saúde mental e menor sobrecarga emocional (Pereira *et al.*, 2019).

Outro fator relevante na adaptação familiar é a relação com as instituições de ensino. A inclusão escolar de crianças com TEA ainda enfrenta desafios estruturais, como a falta de professores capacitados e a ausência de adaptações curriculares apropriadas (Nunes *et al.*, 2018). Muitos pais relatam dificuldades para garantir que seus filhos recebam um atendimento educacional adequado, o que gera preocupações adicionais e demanda uma atuação ativa na mediação com a escola (Martins; Rodrigues, 2020).

O suporte governamental, por meio de políticas públicas, é um fator determinante para a adaptação das famílias ao diagnóstico. No Brasil, a Lei n.º 12.764/2012 estabelece os direitos das pessoas com TEA, incluindo acesso à educação inclusiva e assistência especializada (Brasil, 2020). No entanto, a efetividade dessas políticas ainda é limitada pela escassez de recursos e pela desigualdade na distribuição de serviços especializados entre as diferentes regiões do país (Dias *et al.*, 2020).

Diante desses desafios, as estratégias de enfrentamento adotadas pelas famílias variam conforme o nível de informação, o suporte social e a resiliência emocional dos cuidadores. Algumas das estratégias mais eficazes incluem o investimento no autocuidado dos pais, a busca por orientação profissional, o fortalecimento da rede de apoio e a adaptação das expectativas em relação ao desenvolvimento da criança (Costa; Schmidt, 2020). A adoção de uma postura ativa na busca por conhecimento e na participação em grupos de apoio tem sido apontada como uma ferramenta essencial para a ressignificação do diagnóstico (Oliveira, 2022).

A aceitação do diagnóstico e a adaptação à nova realidade são processos gradativos, que ocorrem de maneira distinta em cada família. Algumas famílias demonstram maior dificuldade para lidar com a incerteza em relação ao futuro da criança, enquanto outras se reorganizam rapidamente e buscam alternativas para oferecer melhores condições de desenvolvimento. O suporte de profissionais especializados, como psicólogos e assistentes sociais, desempenha um papel central nesse processo, auxiliando os cuidadores a lidarem com o impacto emocional e a tomarem decisões mais assertivas (Ribeiro, 2021).

A sobrecarga emocional dos cuidadores é uma das principais preocupações da literatura científica sobre o TEA. Estudos indicam que mães de crianças com TEA apresentam maiores índices de estresse e depressão em comparação com mães de crianças sem deficiências (Fernandes *et al.*, 2020). Isso reforça a necessidade de programas de apoio psicológico voltados para esse público, com o objetivo de prevenir o desgaste emocional e promover uma melhor qualidade de vida para toda a família (Silva *et al.*, 2019).

O enfrentamento do impacto do diagnóstico de TEA exige um esforço coletivo, que envolve não apenas a família, mas também a sociedade e as instituições públicas. A implementação de programas de capacitação para profissionais de saúde e educação, aliada à ampliação das políticas de inclusão e assistência social, é essencial para garantir que as famílias recebam o suporte necessário para lidar com os desafios impostos pelo transtorno (Lopes *et al.*, 2020).

A compreensão do impacto do diagnóstico de TEA no contexto familiar permite identificar estratégias mais eficazes para minimizar os desafios enfrentados pelos cuidadores e promover o desenvolvimento integral da criança. O fortalecimento das redes de apoio, o acesso a serviços especializados e a implementação de políticas inclusivas são fatores determinantes para garantir uma melhor qualidade de vida para as famílias de crianças com TEA (Dias *et al.*, 2020). O reconhecimento da complexidade dessa realidade e a promoção de um suporte adequado são passos fundamentais para a construção de uma sociedade mais inclusiva e acolhedora.

5 REDES DE APOIO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA FAMÍLIAS DE CRIANÇAS COM TEA

O diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA) impõe desafios significativos às famílias, tornando essencial a existência de redes de apoio e políticas públicas eficazes. O suporte social e governamental desempenha um papel crucial na redução do impacto emocional, financeiro e estrutural vivenciado pelos cuidadores, além de contribuir para a inclusão e o desenvolvimento da criança com TEA (Dias *et al.*, 2020). O fortalecimento dessas redes é fundamental para garantir que as famílias tenham acesso a serviços especializados e consigam lidar de forma mais eficaz com as demandas impostas pelo transtorno (Almeida; Marques, 2021).

As redes de apoio social incluem familiares, amigos, grupos comunitários e associações voltadas para o TEA. Estudos indicam que a troca de experiências entre pais que

vivenciam situações semelhantes favorece a resiliência emocional e a busca por estratégias de enfrentamento mais eficazes (Costa; Schmidt, 2020). Grupos de apoio, como aqueles organizados por associações de autismo, oferecem espaços para acolhimento e compartilhamento de informações, minimizando o sentimento de isolamento que muitas famílias enfrentam após o diagnóstico (Pereira *et al.*, 2019).

Além do suporte informal, as organizações não governamentais (ONGs) desempenham um papel relevante na assistência a crianças com TEA e seus familiares. Instituições como a Associação de Amigos dos Autistas (AMA) e a Associação Brasileira de Autismo (ABRA) oferecem serviços de orientação, capacitação de profissionais e apoio jurídico para garantir os direitos das pessoas com TEA (Brasil, 2020). A atuação dessas entidades complementa as políticas públicas e amplia as possibilidades de atendimento para famílias que enfrentam dificuldades no acesso a serviços especializados (Lopes *et al.*, 2020).

O suporte psicológico para os cuidadores é outro fator fundamental para a adaptação ao diagnóstico. Estudos indicam que a sobrecarga emocional dos pais pode comprometer a qualidade da interação familiar e, conseqüentemente, o desenvolvimento da criança com TEA (Fernandes *et al.*, 2020). Programas de acompanhamento psicológico e grupos terapêuticos para pais de crianças autistas têm se mostrado eficazes na redução do estresse e no fortalecimento da capacidade de enfrentamento das dificuldades cotidianas (Silva *et al.*, 2019).

No âmbito das políticas públicas, o Brasil tem avançado na legislação voltada para os direitos das pessoas com TEA. A Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, estabeleceu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, garantindo a essas pessoas o reconhecimento de seus direitos e o acesso a serviços de saúde, educação e assistência social (BRASIL, 2020). Essa legislação representou um marco na inclusão de crianças com TEA, assegurando atendimento prioritário em unidades de saúde e a garantia de matrícula na rede regular de ensino, com apoio especializado conforme necessário (Dias *et al.*, 2020, p.5).

A inclusão escolar é um dos principais desafios enfrentados pelas famílias de crianças com TEA. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) reforça o direito à educação

inclusiva, garantindo a oferta de profissionais de apoio e adaptações curriculares que favoreçam a participação ativa dos alunos com necessidades especiais (Martins; Rodrigues, 2020). No entanto, a implementação dessas diretrizes ainda enfrenta obstáculos, como a falta de capacitação dos professores e a carência de recursos para garantir a acessibilidade plena (Nunes *et al.*, 2018).

A assistência à saúde das crianças com TEA envolve uma abordagem multidisciplinar, que inclui acompanhamento com neurologistas, psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e educadores especializados. O Sistema Único de Saúde (SUS) oferece alguns serviços voltados para esse público, como os Centros Especializados em Reabilitação (CERs), que disponibilizam atendimento integrado para crianças com transtornos do desenvolvimento (Brasil, 2020). Contudo, a insuficiência de unidades especializadas e a longa espera para consultas e terapias ainda são desafios significativos enfrentados pelas famílias (Lopes *et al.*, 2020).

A política de assistência social também desempenha um papel fundamental no suporte às famílias de crianças com TEA. O Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), assegura um salário-mínimo mensal para pessoas com deficiência que comprovem baixa renda, sendo um recurso essencial para muitas famílias que enfrentam dificuldades financeiras devido aos altos custos dos tratamentos e terapias (Dias *et al.*, 2020). Além disso, programas municipais e estaduais oferecem auxílio na obtenção de transporte adaptado, acompanhamento escolar e apoio psicológico (Oliveira, 2022).

A atuação do Estado na formulação e implementação de políticas públicas é essencial para a garantia de direitos e a promoção da qualidade de vida das pessoas com TEA e suas famílias. A criação de programas de capacitação para profissionais da saúde e da educação, o fortalecimento da rede de atendimento especializado e a ampliação do acesso aos serviços terapêuticos são medidas prioritárias para assegurar a efetivação das leis já existentes (Santos; Assumpção Júnior, 2017).

Além das políticas governamentais, iniciativas de pesquisa e inovação tecnológica têm ampliado as possibilidades de suporte às crianças com TEA. Aplicativos e plataformas digitais desenvolvidos para estimular a comunicação e a interação social de crianças autistas têm demonstrado eficácia na complementação das terapias convencionais (Teixeira *et al.*, 2019). Essas tecnologias auxiliam na personalização dos atendimentos, favorecendo a adaptação das crianças às atividades escolares e sociais (Gomes; Souza, 2022).

Os desafios enfrentados pelas famílias de crianças com TEA demonstram a importância do fortalecimento das redes de apoio e da ampliação das políticas públicas. A garantia de um suporte adequado envolve a articulação entre diferentes setores, incluindo saúde, educação e assistência social, além do envolvimento da sociedade civil na construção de um ambiente mais inclusivo e acolhedor (Pereira *et al.*, 2019).

O investimento na formação de profissionais especializados e na ampliação da rede de atendimento são estratégias essenciais para garantir a efetivação dos direitos das pessoas com TEA. A implementação de programas de conscientização sobre o transtorno e a oferta de suporte contínuo às famílias são fatores determinantes para a promoção da inclusão e do bem-estar (Correia; Cavalcante, 2023).

Dessa forma, o fortalecimento das redes de apoio e a consolidação das políticas públicas são aspectos essenciais para garantir que as famílias de crianças com TEA recebam a assistência necessária para lidar com os desafios impostos pelo transtorno. A efetividade dessas iniciativas depende do comprometimento do poder público, da sociedade e das instituições envolvidas no atendimento a essa população (Brasil, 2020).

A construção de uma sociedade mais inclusiva passa pelo reconhecimento da importância do suporte às famílias de crianças com TEA. A ampliação do acesso a serviços especializados, a garantia da inclusão educacional e o fortalecimento das redes de apoio são medidas fundamentais para assegurar o desenvolvimento pleno das crianças com autismo e a qualidade de vida de seus cuidadores (Dias *et al.*, 2020).

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos a partir da revisão da literatura indicam que o diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA) impacta significativamente a estrutura familiar, exigindo adaptação emocional, financeira e social dos cuidadores. As análises apontam que a presença de redes de apoio e políticas públicas efetivas são fatores determinantes para minimizar os desafios enfrentados pelos familiares. A seguir, os achados serão discutidos em categorias analíticas que representam os principais eixos do estudo: impacto emocional e social, desafios financeiros, acesso aos serviços de saúde e educação, e políticas públicas de suporte às famílias.

Os estudos analisados demonstram que a confirmação do diagnóstico de TEA desencadeia reações emocionais intensas nos pais e cuidadores. Segundo Silva *et al.* (2019), os sentimentos iniciais incluem choque, negação e medo do futuro, seguidos por um período de adaptação. Esse processo pode ser prolongado dependendo do suporte recebido pela família. Além disso, o impacto emocional estende-se para os irmãos da criança com TEA, que frequentemente enfrentam desafios na interação familiar devido às demandas diferenciadas de atenção e cuidados (Souza; Fonseca, 2021).

A sobrecarga emocional dos cuidadores é um fator recorrente na literatura científica. De acordo com Fernandes *et al.* (2020), mães de crianças com TEA apresentam maiores níveis de estresse e sintomas depressivos quando comparadas a mães de crianças neurotípicas. A necessidade de acompanhamento psicológico e suporte especializado para os cuidadores é essencial para minimizar esses efeitos adversos (Costa; Schmidt, 2020).

O impacto econômico do diagnóstico é uma preocupação central para as famílias, uma vez que os custos com terapias especializadas, consultas médicas, intervenções educacionais e medicamentos representam um grande ônus financeiro. Segundo Dias *et al.* (2020), muitas famílias precisam reorganizar suas fontes de renda, pois um dos pais, geralmente a mãe, acaba

reduzindo sua jornada de trabalho ou abandonando a atividade profissional para se dedicar integralmente aos cuidados da criança.

Além disso, há uma disparidade significativa na distribuição dos serviços de suporte para crianças com TEA. Em regiões menos desenvolvidas, o acesso a atendimentos especializados é escasso, obrigando muitas famílias a realizarem deslocamentos longos para conseguir atendimento adequado (Brasil, 2020). Esse fator agrava ainda mais as dificuldades financeiras, tornando necessário o fortalecimento das políticas públicas de assistência social para esse grupo (Lopes *et al.*, 2020).

Os dados analisados indicam que a detecção precoce do TEA é essencial para a implementação de intervenções terapêuticas eficazes. No entanto, a demora no diagnóstico ainda é um problema recorrente no Brasil, principalmente devido à falta de capacitação de profissionais da saúde para reconhecer os primeiros sinais do transtorno (Almeida; Marques, 2021). Segundo Nunes *et al.* (2018), a ausência de uma triagem padronizada para crianças com suspeita de TEA compromete a identificação precoce e, conseqüentemente, retarda o início das intervenções.

O acesso ao ensino inclusivo também enfrenta desafios estruturais. Apesar das diretrizes da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que assegura o direito de crianças com TEA à educação regular com suporte especializado, muitas escolas ainda carecem de adaptações pedagógicas e profissionais capacitados para atender essa demanda (Martins; Rodrigues, 2020). Conforme apontam Teixeira *et al.* (2019), a falta de treinamento dos professores e a resistência das instituições de ensino dificultam a inclusão efetiva, prejudicando o desenvolvimento acadêmico e social da criança.

Observa-se que, embora o ordenamento jurídico brasileiro assegure um arcabouço sólido para a inclusão escolar, a implementação prática dessas políticas é frequentemente ineficaz, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. A escassez de recursos financeiros, a rotatividade de professores e a falta de articulação entre as esferas federal,

estadual e municipal comprometem a consolidação de ambientes escolares verdadeiramente inclusivos. O impacto das políticas de inclusão, portanto, permanece limitado, uma vez que sua eficácia depende não apenas da existência da legislação, mas da efetiva aplicação e fiscalização das medidas previstas.

Outro fator que reduz o alcance das políticas é a ausência de acompanhamento sistemático do processo de inclusão. Falta monitoramento contínuo sobre o cumprimento das adaptações curriculares, a atuação dos profissionais de apoio e a efetiva participação dos alunos com TEA nas atividades pedagógicas. Esse vácuo institucional contribui para o distanciamento entre os princípios legais e a realidade vivida pelas famílias. Assim, a inclusão acaba se tornando muitas vezes apenas formal, sem garantir a equidade no acesso ao conhecimento e na convivência escolar.

Torna-se, portanto, indispensável que as políticas públicas avancem não só na elaboração de leis, mas também no investimento em estrutura física adequada, formação continuada de educadores, produção de materiais pedagógicos acessíveis e fortalecimento da rede de apoio interdisciplinar nas unidades escolares. A efetividade das políticas de inclusão depende do compromisso do Estado em garantir condições reais de participação para os estudantes com TEA, considerando suas necessidades específicas e promovendo uma cultura institucional acolhedora e responsiva.

As redes de apoio, tanto formais quanto informais, desempenham um papel fundamental na adaptação das famílias ao diagnóstico de TEA. Grupos de pais, associações especializadas e ONGs oferecem suporte emocional e informações relevantes sobre tratamentos e direitos legais (Pereira *et al.*, 2019). Estudos indicam que a participação em grupos de apoio reduz a sobrecarga emocional e favorece a resignificação do diagnóstico, permitindo que os cuidadores se sintam mais preparados para lidar com os desafios cotidianos (Correia; Cavalcante, 2023).

As políticas públicas de assistência social, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), são fundamentais para garantir o mínimo de segurança financeira às famílias de crianças com TEA em situação de vulnerabilidade. No entanto, há dificuldades no acesso a esse benefício, especialmente devido aos critérios rígidos para concessão e à burocracia do sistema (Dias *et al.*, 2020). Dessa forma, é necessário aprimorar os mecanismos de assistência social para tornar os serviços mais acessíveis e efetivos para esse público. Para ilustrar as principais dificuldades enfrentadas pelas famílias de crianças com TEA, o Quadro 1 apresenta uma síntese dos desafios relatados na literatura e suas possíveis soluções com base nos achados do estudo.

Quadro 1 – Principais desafios enfrentados por famílias de crianças com TEA e estratégias de enfrentamento.

DESAFIOS	IMPACTOS	SOLUÇÕES PROPOSTAS
Diagnóstico tardio	Retardo nas intervenções e aumento do estresse familiar	Capacitação de profissionais para detecção precoce
Sobrecarga emocional dos cuidadores	Maior incidência de depressão e ansiedade	Suporte psicológico e participação em grupos de apoio
Custos elevados de tratamento	Redução da renda familiar e dificuldades financeiras	Expansão dos serviços gratuitos e subsídios governamentais
Inclusão escolar limitada	Dificuldade de adaptação e interação social	Capacitação de professores e adaptação curricular
Falta de suporte social	Isolamento da família e sobrecarga emocional	Fortalecimento das redes comunitárias de apoio

Fonte: Elaboração própria, com base na revisão da literatura (2025).

Os dados apresentados evidenciam a necessidade de aprimoramento das políticas públicas e dos serviços de apoio às famílias de crianças com TEA. A implementação de programas de capacitação para profissionais da saúde e da educação, bem como a ampliação da rede de atendimento multidisciplinar, são medidas essenciais para garantir um atendimento mais eficiente e acessível (Santos; Assumpção Júnior, 2017).

Além disso, os achados indicam que o suporte governamental ainda apresenta falhas estruturais, sendo essencial a criação de mecanismos que facilitem o acesso a serviços especializados e auxílios financeiros para famílias em situação de vulnerabilidade (Ribeiro, 2021).

Os resultados obtidos evidenciam que o diagnóstico de TEA impacta diretamente a estrutura familiar, exigindo adaptações em diversos aspectos da vida dos cuidadores. A presença de suporte adequado, tanto por meio de redes sociais quanto de políticas públicas, é fundamental para minimizar esses desafios e garantir melhor qualidade de vida para as crianças com TEA e suas famílias.

As discussões apontam que a inclusão escolar ainda é um obstáculo significativo, necessitando de maior investimento na formação de educadores e na adaptação das instituições de ensino. Além disso, a demora no diagnóstico e o acesso limitado a serviços especializados reforçam a necessidade de ampliação dos programas de saúde voltados para essa população (Oliveira, 2022).

Dessa forma, a melhoria das políticas públicas, a ampliação das redes de apoio e a conscientização da sociedade sobre o TEA são fatores essenciais para garantir a inclusão e o desenvolvimento pleno dessas crianças. Os achados desta pesquisa reforçam a importância da atuação integrada entre governo, profissionais da saúde e da educação e organizações sociais para proporcionar melhores condições às famílias e aos indivíduos diagnosticados com TEA (Brasil, 2020).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa evidenciou que o diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem um impacto profundo na dinâmica familiar, exigindo adaptações emocionais, sociais e financeiras por parte dos cuidadores. O estudo demonstrou que o acesso a redes de apoio e políticas públicas eficazes é um fator determinante para minimizar os desafios enfrentados pelas famílias. Observou-se que a aceitação do diagnóstico e a busca por suporte especializado são essenciais para o bem-estar da criança e de seus responsáveis, destacando a necessidade de fortalecimento das redes de suporte e ampliação dos serviços de atendimento voltados para essa população.

Além disso, a inclusão escolar das crianças com TEA ainda se apresenta como um desafio significativo, uma vez que muitas instituições não dispõem de infraestrutura adequada ou profissionais capacitados para oferecer suporte pedagógico especializado. O fortalecimento das políticas de educação inclusiva, aliado à capacitação docente e à adaptação curricular, mostra-se fundamental para assegurar o desenvolvimento acadêmico e social desses indivíduos. No contexto da saúde, a detecção precoce do transtorno ainda enfrenta barreiras, principalmente devido à ausência de protocolos padronizados e à escassez de profissionais aptos a diagnosticar o TEA nos primeiros anos de vida.

Diante das lacunas identificadas, torna-se evidente a necessidade de novas pesquisas que aprofundem o impacto do TEA em diferentes contextos socioculturais, bem como estudos voltados para o desenvolvimento de políticas públicas mais inclusivas e acessíveis. Investigações futuras podem explorar a eficácia de novas abordagens terapêuticas, o impacto das redes de apoio na qualidade de vida das famílias e o papel da tecnologia na adaptação escolar e na comunicação de crianças autistas. Além disso, pesquisas interdisciplinares podem contribuir para a formulação de estratégias que promovam maior acessibilidade e equidade no atendimento às pessoas com TEA.

Por fim, a pesquisa contribui para os campos da psicologia, da educação e das políticas públicas ao destacar a importância de um suporte estruturado para as famílias de crianças com TEA. O fortalecimento das redes de apoio e a melhoria dos serviços públicos são medidas fundamentais para promover a inclusão e garantir que essas crianças tenham acesso a uma vida digna e autônoma. Assim, espera-se que este estudo sirva como base para a ampliação do debate sobre a necessidade de investimentos e ações mais efetivas no atendimento e acolhimento das famílias que convivem com o TEA.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Karine de; MARQUES, Cátula Pelisoli. **Ressignificações familiares pós-diagnóstico de autismo: um estudo longitudinal.** *Psico-USF*, v. 26, n. 1, p. 45–58,

2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-82712021261004>. Acesso em: 19 jan. 2025.

ANDRADE, Cláudia Santos et al. **Intervenções precoces e seu impacto nas relações familiares**. *Revista Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 39, n. 2, e189245, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003189245>. Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes de atenção à reabilitação da pessoa com transtornos do espectro autista**. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_reabilitacao_autismo.pdf. Acesso em: 20 jan. 2025.

CARVALHO, Renata Monteiro. **O impacto do diagnóstico de autismo na estrutura familiar**. 2018. 150 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-B5FJ7G>. Acesso em: 15 fev. 2025.

CORREIA, Larissa Mendonça; CAVALCANTE, Lília Iêda. **Autismo e parentalidade: reflexões sobre o cotidiano familiar**. Fortaleza: EdUECE, 2023.

COSTA, Carla Machado; SCHMIDT, Carlo. **Estratégias de enfrentamento de famílias de crianças com autismo: revisão integrativa**. *Psicologia: Teoria e Prática*, v. 22, n. 1, p. 200–218, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/1980-6906/psicologia.v22n1p200-218>. Acesso em: 10 fev. 2025.

DIAS, Isabel Cristina et al. **Políticas públicas e apoio às famílias de crianças com autismo no Brasil**. *Serviço Social e Sociedade*, n. 138, p. 345–363, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.214>. Acesso em: 17 mar. 2025.

FERNANDES, Adriana Dias et al. **Sobrecarga emocional em cuidadores de crianças com autismo: uma revisão sistemática**. *Revista Paulista de Pediatria*, v. 38, e2019001, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-0462/2020/38/2019001>. Acesso em: 13 mar. 2025.

GOMES, Patrícia Souza; SOUZA, Ana Maria Pereira. **Autismo na infância: desafios familiares e intervenções**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022.

LOPES, Fernanda Cristina et al. **Acesso a serviços de saúde para crianças com autismo: perspectivas parentais**. *Saúde em Debate*, v. 44, n. 127, p. 987–1001, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202012703>. Acesso em: 20 fev. 2025.

MARTINS, João Paulo; RODRIGUES, Maria Lúcia. **A comunicação como ferramenta de apoio às famílias de crianças autistas**. *Revista Educação Especial*, v. 33, n. 1, p. 1–20, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984686X>. Acesso em: 08 fev. 2025.

NUNES, Débora Regina et al. **Efeitos do diagnóstico precoce no desenvolvimento de crianças com autismo**. *Revista Brasileira de Neurologia*, v. 55, n. 3, p. 112–120, 2018.

OLIVEIRA, Maria Cristina et al. **Autismo e dinâmica familiar: percepções maternas**. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 25, n. 2, p. 223–238, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/9k8v7LzJQyTn6qW5rG9XjJQ/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

OLIVEIRA, Rafaela Silva de. **A trajetória das famílias após o diagnóstico de autismo: desafios e superações**. 2022. 210 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

PEREIRA, Lúcia Helena et al. **Apoio social e qualidade de vida de famílias de crianças com autismo**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, n. 8, p. 2945–2954, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018248.23522017>. Acesso em: 16 jan. 2025.

RIBEIRO, Sérgio Antônio. **Autismo e família: compreensão e intervenção**. 2. ed. Curitiba: Appris, 2021.

SANTOS, Letícia Machado dos; ASSUMPÇÃO JÚNIOR, Francisco Baptista. **Transtorno do espectro autista: impacto do diagnóstico nos cuidadores**. *Estudos de Psicologia*, v. 34, n. 4, p. 521–531, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02752017000400007>. Acesso em: 09 jan. 2025.

SILVA, Ana Paula Oliveira et al. **Impacto do diagnóstico do transtorno do espectro autista nas relações familiares: uma análise qualitativa**. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 35, n. 8, e00143218, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/5WmQ6pJj7rLv8hYH7n8XjJQ/>. Acesso em: 06 dez. 2024.

SOUZA, Mariana Alves de; FONSECA, Vanessa. **Percepções de irmãos de crianças com autismo: um estudo qualitativo**. *Revista Brasileira de Terapia Familiar*, v. 12, n. 1, p. 45–60, 2021.

TEIXEIRA, Maria Luiza et al. **Autismo: caminhos para a inclusão familiar e escolar**. São Paulo: Cortez, 2019.